



O PETROLEIRO



BOLETIM DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - 1º de fevereiro de 2010 - # 18 - www.sindipetrolp.org.br

Pré-Sal

Entenda o que está em jogo

A maior descoberta de petróleo das últimas duas décadas está na camada de pré-sal da costa brasileira. No entanto, esse recurso - localizado a mais de 7 quilômetros de profundidade da superfície do mar - está sendo literalmente tomado por grupos estrangeiros.

Em palestra realizada no dia 14

de janeiro, no auditório do Sindipetro-LP, o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), Fernando Siqueira, revelou o que a mídia não tem mostrado: por que existe tanto interesse nesse bem e quais medidas devem ser tomadas pelo governo e pela sociedade civil para defender essa riqueza. **PÁGINA 3**



Novas reivindicações nas reuniões com os RHs

As negociações com as unidades da empresa começaram. Na pauta de demandas, um ponto em comum: muitos problemas

a serem solucionados. Confira quais foram as principais reclamações da categoria que levamos à mesa. **PÁGINA 4**

SEGURANÇA NO TRABALHO

Sindicato confere condições de segurança na Refinaria

PÁGINA 4

FUTEBOL

Campeonato Society será retomado

PÁGINA 7

NOVIDADE

Está no ar o novo site do Sindicato. Confira!
www.sindipetrolp.org.br

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Sindipetro - LP discute em Porto Alegre propostas para construir uma nova sociedade

PÁGINA 8

IMPOSTO SINDICAL

Por que e quando praticamos o reembolso

PÁGINA 7

PETROLINO

O ano é novo, mas o tom da bronca é o mesmo!

PÁGINA 2

SAÚDE

Em destaque, negociações para melhorar AMS

PÁGINA 6

JURÍDICO

Anistia, Correção do FGTS, Periculosidade. Saiba o que estamos fazendo para garantir seus direitos

PÁGINA 5

ABCP

Vem aí Assembleia do Fundo de Mobilização

PÁGINA 2

Vitória da categoria Depois de muita luta e cobrança, auxílio transferência é reajustado

Enquanto fechávamos esta edição, recebemos a notícia de uma conquista da categoria: o reajuste do Adicional Provisório de Transferência. A reivindicação se intensificou após o crescimento da Petrobras em Caraguatatuba com a construção da Unidade de Tratamento de Gás. Muitos petroleiros que atualmente estão em Santos (UN-BS) e Cubatão (estágio na RPBC) serão transferidos para Caraguá. Alguns, inclusive, já estão na cidade.

Por isso, há meses o SINDIPETROLP vem cobrando, seja

junto ao RH da UN-BS, seja junto ao RH Rio de Janeiro (negociações ACT 2009), o aumento no valor. A categoria estava insatisfeita com a situação, pois o custo de vida em Caraguá, assim como em Santos, é elevado. O valor anterior era de R\$ 1.019,00. Agora, com a conquista, foi para R\$ 2.430,00.

Com o reajuste os petroleiros que irão morar em Caraguá poderão ter mais tranquilidade e segurança para levar seus familiares. Quem reivindica conquista!!!

2010: um ano marcante

O ano de 2010 será marcante para os petroleiros e trabalhadores brasileiro em geral. Vivenciaremos acontecimentos importantes na política nacional - as eleições e a legislação do pré-sal - no movimento sindical e no mundo dos esportes. Sem contar que lutaremos para garantir nossos direitos e tentar ampliá-los, como por exemplo conquistarmos um reajuste real no salário em setembro. Caberá à categoria, ao Sindicato, saber medir nossa intervenção para influenciarmos os acontecimentos a nosso favor e de nossos direitos.

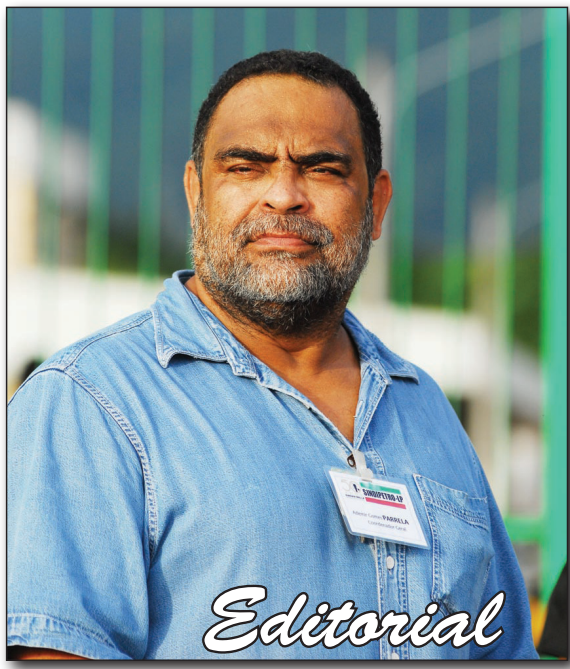
Os rumos da área do pré-sal estão à nossa frente. A proposta de legislação para regular o gás e o petróleo da camada pré-sal não irá fortalecer a soberania nacional. Assim como na lei 9748/97, que apresentou um novo marco regulatório do petróleo no país, mais uma vez serão as multinacionais as beneficiadas por algo que a Petrobrás e, portanto, os trabalhadores brasileiros descobriram. As eleições também serão alvo de grande atenção, pois estarão em jogo projetos de governo que podem defender os interesses dos trabalhadores. Será uma obrigação nos posicionarmos nas eleições de 2010.

Para o movimento sindical petroleiro há desafios de organização. Todos notaram que a falta de uma greve nacional unificada da categoria em 2009 prejudicou as negociações do Acordo Coletivo. Nós e as bases da FNP fizemos nossa parte, tentamos, buscamos a unidade. Será preciso re-organizar de baixo a cima, pois a Petrobrás e aliados sindicais tem elaborado estratégias para desmontar a organização da categoria, como por exemplo o grupo de contingência. Além dos debates na base, que já acontecem, será preciso discussões mais profundas em seminários, palestras etc. Todo esforço deverá caminhar para a busca da unidade da categoria.

No mundo dos esportes teremos a Copa do Mundo. Trata-se de um grande evento para os brasileiros, o país vai parar. Torceremos com paixão, com emoção, mas não nos esqueceremos dos problemas da nossa realidade e de nossa luta. Assistir aos jogos será um conforto, um lazer, para recuperarmos nossas energias e nos prepararmos para as lutas. Não podemos esquecer disso. Por falar em futebol, será reativado o horário aos sábados do futebol society, mas agora em outro local. Afinal, nos também temos nossa Copa e não podemos parar.

Esperamos que o ano de 2010 traga felicidade e conquistas para a família petroleira.

Ademir Gomes Parrela - Coordenador do Sindipetro - LP



Petrolino mete bronca!

Férias Coletivas, nem brinque

Houve um ruído de que seria imposta férias coletivas aos operadores da Produção da plataforma de Mexilhão. A Petrobras não vive uma crise financeira, não passa por necessidade, então por que impor férias a 100% destes operadores? Afinal, nem todos topam tirar férias no período marcado. Até o momento esta situação não foi esclarecida. Apesar da confusão e das trocas de informações a situação foi esclarecida pelo RH da UNBS.

Presidente da CIPA da Alemoa deve informar o Sindicato

Caro colega indicado da empresa, Petrolino reforça que para fortalecer a organização dos trabalhadores é preciso que a CIPA repasse as informações das atividades. Seja curso (como o do GTB) ou qualquer atividade, é bom socializar as informações e formalizar o convite para o Sindicato. Fica aqui o puxão de orelha.

Na falta do Gerente, será indicado um carrasco

Petrolino recebeu um correio com DIP da Alemoa indicando um novo gerente para assumir, temporariamente a responsabilidade pelo Terminal. Na mesma semana, chegaram correios eletrônicos dos petroleiros repudiando a mudança. Quase como uma pessoa não grata, o índice de impopularidade e desconfiança sobre tal pessoal é alto. As adjetivações são várias: falso, carrasco, perseguidor de funcionário etc.

ASO tem que ser completo!

Nas últimas duas semanas alguns técnicos da RPBC foram convocados para entrevista do ASO. Os petroleiros reclamaram com o médico da refinaria porque somente constava exposição a ruídos. Petrolino mete bronca e afirma que no ASO deve constar tudo que prejudica a saúde do trabalhador.

Na RPBC, nesse ano, Petrolino veio com todas!

Que foi dado, foi dado. Todo TOJ que se preza tem o crachazinho do Sindicato e não deixa tirarem uma com a sua cara. Afinal, estamos aqui para cobri-lo!

Mas que tem uns folgados, isso tem! Porque andam dizendo aos TOJ's que continua valendo aquela regrinha antiga, que só depois de dois anos de casa terão direito a escolher o mês de férias. E o supervisor não faz nada!

Agora, presentão de grego é esse brinde dos 1.000 dias. Antes eram mil dias contados, então todo mundo recebia. Agora, criaram itens que se a empregada acidenta-se não se recebe mais a bolsa. Pra mim, já se tornou uma mala. Será que é contenção de gastos?

Ahhh que língua solta! Se abriu espaço para conversa sobre o quadro dos bombeiros, do restaurante e da segurança durante o estado de greve, então é a hora de sentar, para negociação!

Que houve a pré-auditoria (interna) da Seguradora, todos sabem que teve.

Mas pra falar a verdade tá mais parecendo operação tapa-buracos. Agora, como vão mostrar os resultados sobre os serviços que não foram feitos, como as plataforma corroídas que não foram substituídas?

Que somos contra, somos! Pois essa história de pré-emitir PT's nos finais de semana para adiantar a liberação de AR's e PT's, só atrapalha. O que vai ter de petroleiro trabalhando que nem robô não é brincadeira. Só aumentará os riscos aos TOJ's e não trará nenhuma vantagem, porque na segunda-feira a manutenção terá que avaliar a condição de trabalho.

E, por obséquio, não errem na NR-17! Conforto acústico é item de ergonomia. E por falar nisso tá todo mundo aguardando a apresentação do cronograma do tal grupo.

Tem uns e outros que adoram prestar atenção nas roupas sujas do companheiro. Mas esquecem que, como diz o ditado, roupa suja se lava em casa. Por isso, peço: aumentem o número de roupas novas!

Das duas, uma. Ou substitui ou aumenta a quantidade de ônibus que circulam no Gonzaga e em Praia Grande. Porque essa história de vir apertadinho já dificulta na hora da bufa.

Já pros que vão subir a serra, oh vidinha de escravo! O motorista não tem nem folguista. Pior é a linha 18 do turno, que nem banheiro tem.

Deixaram pingando. Todo mundo achou que nem viesse a letrinha do ACT. Foi suada, mas a merreca apareceu no dia 25.

E como não podia faltar, tem vigilante que anda assistindo muito filme de cowboy. Porque acha que o TSJ tem que pôr a mão na massa enquanto ele só fica olhando, igual um chupisco.

Ao pé da orelha, me disseram que na tal comissão de análise de letras só entra peixe. Enquanto isso tem companheiro que está na casa dos 8/10 anos sem ter sido indicado para a comissão.

Carreira

Como será a distribuição das funções dos Técnicos Junior quando estiverem no topo de carreira? Pelo sequencial de letras eles só estarão 'topados' quando atingirem 90 anos de idade. Ergonomicamente, teremos que trocar escadas de marinheiro por elevadores e abusar do uso de comprimidos contra vertigem. Quando isso vai mudar?

Além disso, não temos referência quanto ao tempo de trabalho necessário para se renomear/promover de pleno para sênior. Como se não bastasse isso, em alguns grupos de turno não existem TO's Sênior.

Fome Zero

E a tal da DIP do Fome Zero continua gerando dupla interpretação, porque conforme o interessado entende-se que pode ou não descontar trinta minutos das horas extras. Ou seja, é tudo uma questão de ponto de vista.



Ajuda à população haitiana

Somando-nos a rede de solidariedade mundial ao povo haitiano, vítima de uma catástrofe, o Sindicato indica abaixo os postos de arrecadação de alimentos para serem enviados ao Haiti.

Caso os associados tenham dificuldades para entregar nos postos, a doação pode ser feita na própria sede do Sindicato.

Locais: Rua Riachuelo, nº 5, no Centro de Santos, de segunda a sexta, das 8 às 19 horas, e na sede do 2º BIL, que fica na Avenida Antonio Emerick, nº 975, em São Vicente, das 8 às 17 horas, também de segunda a sexta.

NÃO DEIXE DE PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA DA ABCP E FUNDO DE MOBILIZAÇÃO

O Sindicato distribuiu na categoria Boletim O Petroleiro contendo o estatuto atual da ABCP e o atual regulamento do Fundo de Mobilização (fundo de greve). Também está no Jornal uma proposta de novo estatuto, a ser votado em Assembleia, marcada para acontecer 30 dias após a data do jornal (13 de janeiro de 2010). Fundo de Greve é muito importante, não deixe de participar, afinal o fundo é dinheiro da categoria. Caso você não tenha recebido o jornal, entre em contato com os diretores de área.

O Petroleiro: Boletim Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista - Sindipetro LP
Sede: Av. Conselheiro Nébias, 248, Santos - SP - Telefax (13) 3221-2336 - E-mail: sindipetrosantos@sindipetrosantos.com.br - Sub-sede: Rua Auta Pinder, 218, Centro, São Sebastião - SP - Tel.: (12) 3892-1484 - E-mail: sindipetro@uol.com.br - Coordenador Geral: Ademir Gomes Parrela: (13) 9601-9656 - Diretor de Comunicação: Marcelo Juvenal Vasco (13) 78058710 - Diretores liberados de Santos: Edgar Pallari: (13) 9601 9472 - José Eduardo Galvão: (13) 9601-9672 - Sérgio Buzu (13) 9601 9472 - Diretor liberado de São Sebastião: Wilson Roberto Gomes: (13) 7804-1391 - Edição e Textos: Maira Gomes (13) 9601 9567 e Leandro Olimpio - Diagramação: Carolina Mesquita - E-mail: imprensa@sindipetrosantos.com.br - www.sindipetro.org.br - Impressão: Gráfica Diário do Litoral

Pré-Sal: explicando e descomplicando o complicado

Texto baseado na palestra do dia 14 de janeiro de 2010, na sede Santos do Sindipetro-LP, apresentada por Fernando Siqueira, presidente da AEPET e conselheiro da Petros

Sob os nossos pés, a mais de 7 quilômetros de profundidade da superfície do mar, entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, o petróleo do pré-sal mudará radicalmente o curso da história do país e pode melhorar, e muito, a vida de mais de 190 milhões de brasileiros.

O pré-sal é considerado uma das últimas fontes do sonhado "ouro negro", a maior descoberta de jazidas de petróleo e gás das últimas duas décadas. Apesar de toda esperança depositada nesse recurso, ele ainda paira como algo nebuloso, uma nuvem de dúvida difícil de evaporar em meio ao turbilhão de contra-informação espalhada pela grande imprensa.

Como surgiu a camada pré-sal

Ameaçado pela cobiça de empresas estrangeiras e principalmente dos Estados Unidos (maior consumidor de petróleo do Mundo), o tesouro escondido nas profundezas do oceano Atlântico durante milhões de anos surgiu numa época em que, a rigor, o Mundo ainda não era Mundo e sim Pangeia - período em que os continentes ainda formavam um bloco uniforme no centro da Terra.

Há mais de 160 milhões de anos, entre o que hoje são os continentes americano e africano, começou a se formar uma pequena abertura que, ao longo do tempo, permitiu a criação de grandes lagos, onde não havia circulação de água.

Essa característica fez com que todo o sedimento orgânico presente na região ficasse bloqueado, gerando uma alta concentração de sal sobre este material, o que em números é traduzido em nada menos do que 2 quilômetros de espessura. O resultado é que o sal atuou como uma espécie de protetor que impediu a ruptura do que mais tarde viria a se transformar num dos petróleos mais leves existentes, justamente por não sofrer a ação de bactérias, como o petróleo encontrado no pós-sal, considerado mais pesado sobretudo por não ter essa camada protetora.

Importante fonte de riqueza

Pesquisada há mais de trinta anos pelos engenheiros da Petrobrás, recentemente descobriu-se a camada pré-sal de petróleo. Localizada na costa brasileira, é capaz de produzir pelo menos 100 bilhões de barris - número oito vezes superior às reservas atuais brasileiras. Usando como referência o preço atual do barril, cotado em 80 dólares, o Brasil arrecadaria a impressionante quantia de 8 trilhões de dólares, com a perspectiva de gerar mais de 250 mil empregos diretos.

Para se ter uma ideia do valor dessa descoberta, segundo projeções apresentadas pelo presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), Fernando Siqueira, a estimativa é que o país suba da 13ª posição no ranking de nações com maior reserva de petróleo, para o 3º lugar, num empate técnico com o Iraque.

"Somente no poço de Guará, um dos primeiros blocos a serem explorados, a produção é de 50 mil barris por dia. O



pré-sal talvez represente a última chance do Brasil finalmente se tornar um país desenvolvido. Nós não podemos abrir mão dessa riqueza por nada", alertou Siqueira.

FHC entregou...

Essa riqueza, suficiente para garantir mais qualidade de vida à população e para financiar a reestruturação dos sistemas públicos de saúde e de educação por exemplo, pode acabar retalhada se os leilões que garantem a exploração do nosso petróleo a multinacionais não forem suspensos.

Consequência de uma série de ações do governo tucano, a desvalorização do petróleo nacional deixou o país vulnerável à presença estrangeira. FHC resolveu, em 1997, derrubar a lei de 1953 que garantia ao país o monopólio do petróleo e proibia a venda de ações para grupos estrangeiros.

Não satisfeito em abrir o território brasileiro às multinacionais praticamente de graça, FHC ainda vendeu 36% das ações da Petrobrás na Bolsa de Nova Iorque pelo valor irrisório de 5 bilhões de dólares. Hoje, elas valem R\$ 120 bilhões. Siqueira classifica a lei 9478/97, que abriu a exploração das jazidas existentes no País a quem estivesse interessado, como "anticonstitucional".

"A política neoliberal de Fernando Henrique foi desastrosa, pois deu aos estrangeiros um bem que é nosso. No período em que a Petrobrás iniciou os estudos para descobrir a viabilidade de se extrair petróleo do pré-sal, nenhuma multinacional se arriscou a investir neste projeto. É uma afronta dar concessões a empresas parasitas, que querem apenas lucrar com nossas riquezas", disse.

O governo Lula deveria mudar

Existem hoje dois principais sistemas adotados ao redor do mundo: concessão e partilha de produção.

No sistema de concessão todas as atividades pertinentes à extração e produção são responsabilidades do concessionário, tirando o controle das mãos do governo. Após leiloadas a área, no caso de confirmação todo o gás natural ou petróleo extraído será propriedade dos

concessionários, após o pagamento dos royalties e outros encargos. É exatamente esse o sistema adotado pelo governo até hoje, leiloando diversas áreas e dando às multinacionais toda a riqueza proveniente do petróleo e gás natural.

A partilha de produção responsabiliza a ganhadora das licitações (consórcio) pela execução dos processos de produção e extração garantindo o ressarcimento dos custos, a ser pago em óleo (chamado de óleo-custo). Do lucro, uma parte será investida e outra retirada para os custos de produção da receita total. Só agora o governo entra na história, e ainda assim para receber apenas uma parte desse valor, que será dividido com o consórcio em porcentagens variáveis.

A descoberta da camada de pré-sal deu início à discussão sobre a mudança no marco regulatório do petróleo, devido à grandeza da descoberta. Foi aprovado um projeto de lei que define a nova forma de sistema a reger 70% do pré-sal (30% já foi leiloado) e regiões estratégicas como a partilha de produção.

A Petrobrás tem garantia como única operadora, responsável por conduzir as atividades de produção e exploração, providenciando tecnologia, pessoal e recursos materiais. Estabelece também a participação mínima de 30% para a Petrobrás, valor inaceitável sendo o país verdadeiro detentor do recurso, e dividindo o restante com uma ou mais companhias. Ganhará a licitação a companhia que apresentar a menor porcentagem, deixando a maior para a Petrobrás ou outras licitações.

A atual mudança no marco regulatório representa, pela primeira vez em muitos anos, a possibilidade da retomada das áreas de extração e produção de petróleo e gás natural para as mãos do povo brasileiro. No entanto, o projeto de lei aprovado mantém o modelo de concessão para as áreas leiloadas e contratos firmados.

O que não fica claro quando se houve falar em pré-sal e modelo de partilha é que o projeto trata apenas de 70% do total do pré-sal, pois os 30% já foram leiloados e estão nas mãos das multinacionais. Isso significa que é garantido ao Brasil apenas 21% de todo o pré-sal encontrado. Há um destaque do projeto a ser votado, que trata das divisões dos royalties.

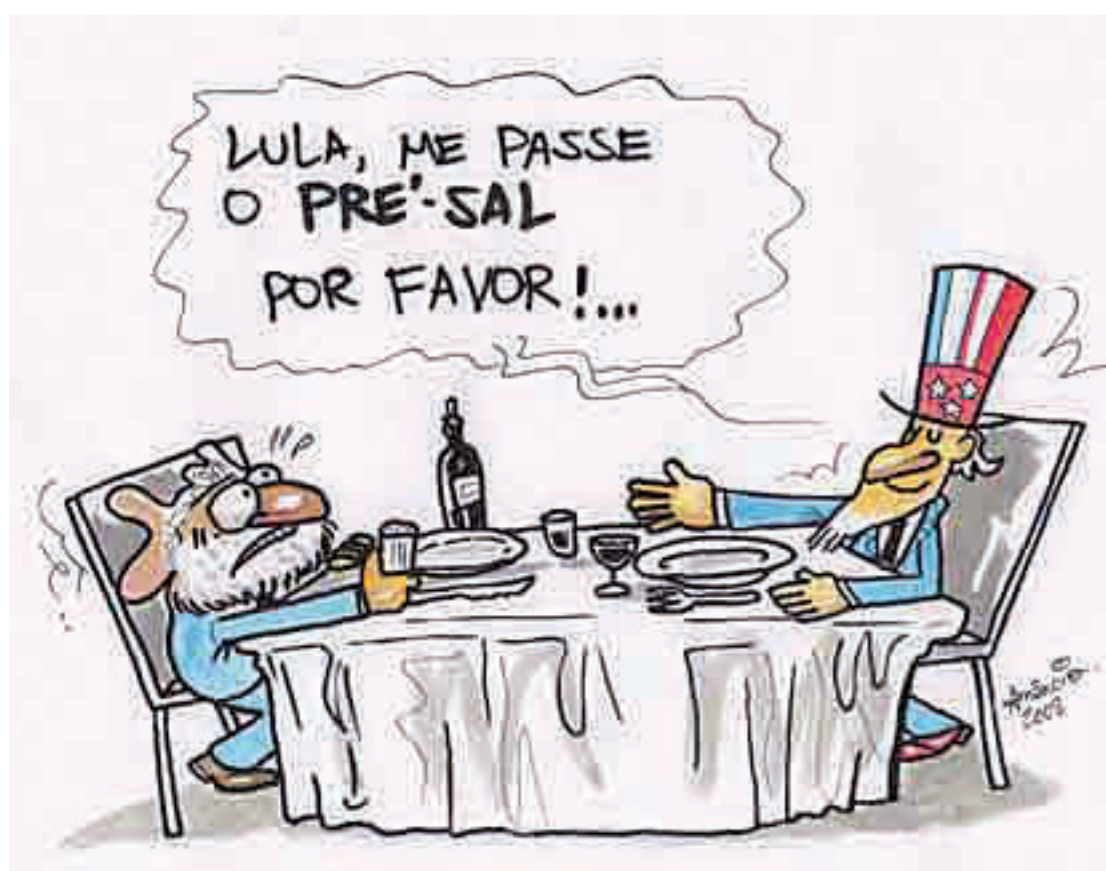
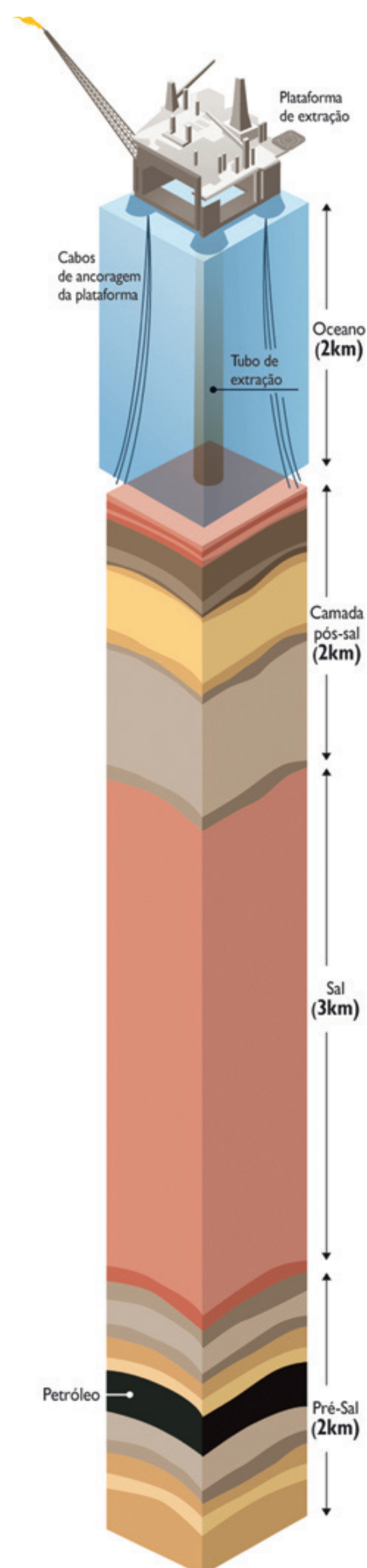
Foi aprovado um segundo projeto de lei, desta vez para a criação de uma empresa estatal para o gerenciamento e administração dos contratos de partilha do pré-sal, a Petrosal. É um grande erro a criação de uma nova estatal exclusiva para o pré-sal. Pela soberania nacional o correto seria fortalecer a Petrobrás e garantir a área do pré-sal 100% estatal. Para isso, também seria fundamental reestatizar o Sistema Petrobrás e torná-lo, novamente, uma única empresa estatal com as reincorporações da Transpetro, BR Distribuidora etc.

O alto nível tecnológico, gerencial e logístico da companhia fazem dela umas das cinco maiores do mundo no campo da energia. Não há opção melhor para a tarefa de administrar o pré-sal, porém, a companhia não é 100% estatal.

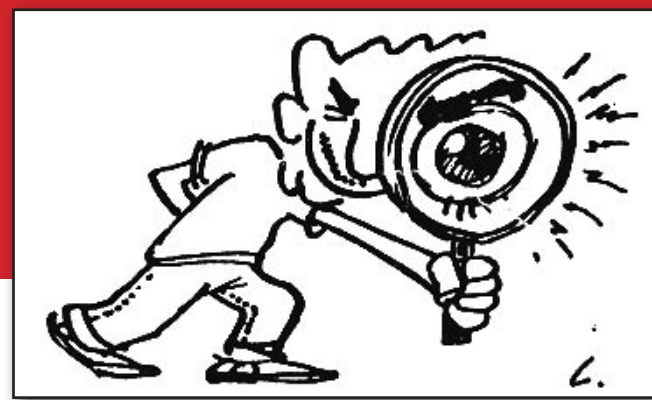
Um outro projeto apresentado pelo governo é a criação de um Fundo Social Soberano. Apesar da beleza do nome, a forma de gerência não é tanto assim. O Fundo, constituído por todo o recurso financeiro líquido da produção do pré-sal, será investido e ficará à mercê do mercado de ações. Somente após dez anos poderá ser retirado algum valor, e apenas o que for rendimento gerado no mercado. Ai sim o povo brasileiro verá de fato algum benefício do pré-sal, previsto para ser enviado à saúde, educação, infraestrutura, cultura, desenvolvimento social, econômico e tecnológico, além de outras formas de energia visando a sustentabilidade ambiental. A quantidade de mãos pelas quais passarão o lucro do pré-sal e a demora que levará para chegar aos brasileiros é inaceitável, o Fundo Soberano dever ser criado mas não gerido dessa forma. Esse projeto ainda não foi aprovado.

O último dos quatro projetos, também sem aprovação, pretende determinar uma quantidade fixa das primeiras gotas de óleo extraídas a serem dadas à Petrobrás, para aumentar seu capital interno e as oportunidades de investimentos em tecnologia e recursos para mais desenvolvimento da companhia.

É preciso frear os leilões e lutar por uma Petrobrás 100% estatal, valorizando a soberania nacional e mudando para melhor a vida dos trabalhadores brasileiros.



Negociações nas unidades: fique de olho em seus direitos e denuncie



O ano começou e as reuniões de reivindicação com os RHs das unidades também. São problemas específicos da Refinaria, dos Terminais, dos Edisas e das Plataformas que são levados à mesa. Desde perseguições de chefes, ambiência, horas extra não pagas, direitos de terceirizados não respeitados e condições de trabalho são debatidos nas reuniões. Se você possui algum problema, procure os diretores do Sindicato e faça sua denúncia. No dia 11 de janeiro, o Sindipetro-LP se reuniu com o RH da UNBS e no dia 13 de janeiro com o RH da RPBC. **As próximas negociações serão com o RH da Transpetro sendo as reuniões intercaladas entre os terminais Alemoa, Pilões e São Sebastião. Dia 11 de fevereiro a negociação será na Alemoa.**

UNBS

Continuam os problemas nos pagamentos de horas extras, problema que persiste há dois anos e está partindo para os momentos finais. Ainda faltam os acertos das horas dos petroleiros da plataforma de Mexilhão. O RH garantiu que os apontamentos finais e os respectivos pagamentos serão feitos em regime de urgência. No entanto, até agora não houve avanços, somente enrolação. Além dos Técnicos, os petroleiros de ensino superior também estão com dificuldades para receber pelo trabalho realizado extraordinariamente. As gerências alegam que os padrões da companhia não permitem o pagamento. Sabemos que isto não é verdade, pois o Procedimento de Frequência PP -ZEG-00053-C é bem claro e permite o pagamento de horas extras com a prerrogativa de folga ou acerto em dinheiro para o funcionário.

Ainda sobre a Plataforma de Mexilhão, os petroleiros estão sofrendo com programações de viagens mal feitas e avisos em cima da hora para embarque e desembarque. Por isso, alguns tiveram que pagar do próprio bolso bilhetes de ônibus entre São Paulo/Santos e Macaé. Estes, a gerência categorizou como pró-ativos, dando tapinhas e suas costas e dando a entender que todos deveriam ter pago as passagens, fazendo os petroleiros que não tiraram dinheiro de seu bolso ficarem inferiorizados. Sabemos que a organização das viagens é responsabilidade da Petrobrás e os Técnicos não devem assumir qualquer tipo de custo se a empresa cometer erros ou falhas. Não aceitamos que os petroleiros paguem do bolso para viajar a serviço da companhia! Não à discriminação entre os empregados!

A dupla-função é outro fantasma que sonda Mexilhão. Em inúmeras reuniões, os Gerentes da Unidade afirmaram para a força de trabalho e ao Sindicato que a dupla função não é e nunca passaria ser prática na Plataforma. No entanto, não é isso que vemos. Para alguns Técnicos de Manutenção estão previstas operações do setor operacional de facilidades. Os mantenedores denunciaram ao Sindicato que a dupla função será praticada. Tanto os petroleiros quanto o Sindicato não concordam com a dupla-função. Cobramos dos Gerentes as palavras ditas

anteriormente e reafirmamos um não à dupla função!

Dentre outras questões discutidas à mesa, o Sindicato levantou os problemas da plataforma de Merluza já denunciados em nossos materiais (vide nosso site). Em resposta, a Petrobrás comunicou formalmente ao Sindicato e divulgou nota aos petroleiros sobre ações para resolver os problemas. Nós e o Petrolino iremos aguardar.

Posteriormente, no dia vinte (20) de janeiro, ainda apontamos problemas no aeroporto de embarque em Itanhaem, que não possui água fresca ou sala com ar condicionado e livre de mosquitos, que assolam o lugar. Os trabalhadores passam mais de uma hora sob essas condições.

RPBC

No dia 13 de janeiro realizamos a primeira reunião com o RH da RPBC. Entre reclamações de trabalhadores e problemas encontrados pelo sindicato, foram apresentadas 59 reivindicações. Entretanto, como o tempo máximo é de duas horas e meia, apenas 20 demandas entraram em negociação.

O primeiro questionamento colocado à mesa foi sobre a justificativa usada por alguns supervisores para o não recebimento de letras. Eles vinham afirmando que existe uma lista, vinda da sede, de funcionários que não tiveram direito ao benefício por carregarem processos judiciais contra a empresa.

O RH afirmou que tal justificativa é mentirosa, mas deixamos bem claro que estamos de olho e que já passou da hora de se criar uma comissão para análise dos efeitos danosos do GDP. Tem sido comum ao longo desses anos que as letras sejam destinadas para "alguns poucos", causando descontentamento não só pela quantidade, mas também pela qualidade.

Já em relação à última avaliação, o RH afirmou que ainda está estratificando os percentuais e valores destinados aos setores, funções e pessoas que receberam as letras.

Em relação ao cargo de Consultor Técnico, um tanto nebuloso em seus critérios de escolha, o RH jogou novamente para a sede a responsabilidade de não ter um trabalhador que desempenhe essa função na Instrumentação.

Sobre os bombeiros recém-contratados, o RH disse que eles trabalharão tanto em regime administrativo quanto em regime de turno. Mas, na realidade, existem algumas entrelinhas que fazem com que o 'borracho' só fique no horário administrativo. Com isso, não adquire vantagens como adicional de turno e tem o convívio no ambiente de trabalho restrito. O Sindicato levantou que todos foram contratados sob a mesma condição e, portanto, todos deveriam trabalhar em turno.

Nada agradável é a análise do afastamento para grávidas em virtude da gripe H1N1 e por conta da exposição a hidrocarbonetos. Enquanto a gestação das nossas companheiras avança, o processo de licença às nossas futuras mães parece cada vez mais lento. Por isso, o Sindicato cobrou agilidade.

E por falar em saúde, durante a reunião cobramos que seja utilizada a infraestrutura do antigo SESAU para os exames médicos do PCMSO para admitidos/periódicos das empreiteiras permanentes. Para a AMS, já que não querem inserir os pais, propusemos o reembolso parcial do custeio ou consulta.

Outras reivindicações

Reforçamos o pedido feito há mais de dois anos para a criação de uma lista com os nomes de funcionários que autorizam receber e-mails do Sindicato. Segundo o RH será solicitado ao TIC o estudo de uma ferramenta que possibilite a enquete de aceitação ou não desses e-mails.

Também cobramos a retificação de parte do programa SD 2000 PLUS, no qual constava que os petroleiros da RNEST estavam classificados como trabalhadores da área administrativa, sendo que há mais de um ano trabalham em horário de turno, expostos a riscos e contaminantes.

Para evitar acidentes, solicitamos uma palestra destinada aos 'borrachos' sobre analisadores de benzeno, inclusive no que se refere ao 'sombra' – trabalhador que está acompanhando os operadores na área.

Os últimos incidentes/acidentes ocorridos na UGAV, ARNO e UCP2 foram citados na reunião e servem de alerta para a necessidade de mais investimentos em treinamento. Não aceitamos que em nome de redução de custos, referentes sobretudo

às horas extras que os TOP's receberiam para treinar 'borrachos', a segurança dos trabalhadores seja colocada em risco.

Em relação ao relatório final do 'banho de nafta' ocorrido na ARNO, estamos acompanhando atentamente a apresentação do relatório final. Mesmo vetado de participar da comissão, o Sindicato continua investigando os fatos ocorridos.

A mesma postura está sendo adotada em relação ao Grupo de Ergonomia. Nossa participação também não foi autorizada, mas isso não impediu que tivéssemos acesso ao Programa de Trabalho. Até agora apenas parte das demandas relacionadas às plataformas foram agendadas.

Concurso

A análise da liberação de empregados terceirizados para prestarem o próximo concurso da Petrobrás foi confirmada pela empresa. Como as provas acontecerão num domingo e haverá possibilidade de trocas entre os empregados das empreiteiras não podemos admitir outra atitude.

Para o programa Universidade Corporativa, sugerimos que seja explicado por meio de dissertação a resolução das questões apresentadas nos concursos da Petrobrás.

Pesquisa

Foi solicitado ao CEPEMA a divulgação junto à Força de Trabalho das pesquisas que foram ou estão sendo executadas, vinculadas ao impacto da contaminação do solo na saúde das famílias de regiões circunvizinhas à RPBC.

Confirmado

No que se refere ao quadro mínimo da nova UGN/UCP's recebemos a confirmação de que será composta por oito técnicos. Entretanto, queremos saber quanto aos das novas unidades. Um exemplo é a URE-3.

NEGOCIAÇÕES COM OS RHs

- Dia 08 de fevereiro - UNBS/
Compartilhado

- Dia 11 de fevereiro - Transpetro



RPBC

Segurança no Trabalho: sindicato cobra e acompanha melhorias

Em reunião realizada no dia 24/06/2009 com o RH da RPBC, o Sindipetro-LP solicitou priorização de questões relacionadas a cinco condições inseguras de trabalho, devidamente registradas e documentadas. Destas condições INSEGURAS a serem resolvidas, a mais nova já fizera aniversário cinco vezes e pelo menos uma já foi palco de acidente.

(1) A Plataforma da PV-2409, na UFCC, encontra-se sem guarda-corpo - queda livre de nove metros;

(2) XV-311484 e XV-311486 sem plataforma de acesso, quando falha só Instrumentista com asa concerta, como não

temos nenhum, a condição insegura vira ato inseguro;

(3) XV-311471e XV-311473 também sem plataforma de acesso. Mesmas condições do item acima;

(4) Escada de acesso ao Incinerador de Amônia, com degraus fora de padrão e conduítes elétricos passando dentro do guarda-corpo. Quando o colaborador sobe a escada, ora bate a cabeça no conduíte, ora a canela no degrau ou as duas coisas ao mesmo tempo;

(5) O último ponto, e um dos mais absurdos, é sobre necessidade de cumprindo do procedimento operacional. Os

operadores devem acionar manualmente as PSV's das Geradoras de Vapor da URE-1 e 2. A manobra acontece mensalmente, está descrita em procedimento, mas para alcançar a alavanca de acionamento o operador precisa pisar em linhas e no costado do vaso, mais uma condição insegura que se torna ato inseguro.

Após vários protestos e solicitações conseguimos em 10/2009 que o GG da RPBC desse sua palavra que pelo menos 4 destas pendências seriam eliminadas em 2009. Com um mês de atraso fomos convidados a conhecer as soluções para três das pendências solicitadas. Pode-

mos considerar uma vitória o fato de termos agora três condições inseguras a menos, a promessa é eliminar a 4ª pendência até 28/02/2010 e a última na próxima parada da HDT (08/2010). Fica a lição aprendida, conseguimos eliminar mais algumas condições inseguras, se você verificar qualquer condição insegura em sua área, descreva-a e envie para o Sindicato. Um dos nossos papéis é fazer com que os problemas da área cheguem a Gerência sem filtros, todos nós somos responsáveis pela nossa segurança e precisamos continuar denunciando condições que nos põe em risco.

Coluna do Departamento Jurídico

As principais funções do departamento jurídico é zelar pelos direitos trabalhista e previdenciário dos sindicalizados e dar respaldo às ações empreendidas pela diretoria do Sindipetro-LP em favor dos petroleiros. Por meio de sua assessoria técnica, o Sindicato garante a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria. Portanto, se você acha que se encaixa em uma das ações descritas a seguir, entre em contato conosco.

Ações para trabalhadores da ativa

Serviço Passado

Todos os petroleiros admitidos antes de agosto de 2002 que não estavam vinculados ao plano Petros BD (Benefício Definido) - ou por não terem se inscrito na admissão do plano ou porque haviam se desligado do mesmo no curso do contrato de trabalho - e se inscreveram no plano Petros 2, não receberam da Petrobrás as contribuições de Serviço Passado. Deixaram de ter creditados em sua reserva de poupança o que é de direito.

Serviço Passado corresponde às contribuições que deveriam ter sido feitas em conjunto pelo empregado e pela Petrobrás para o plano Petros 2, a partir de agosto de 2002 até meados de 2007, quando o Petros 2 passou a ser oferecido para os funcionários.

A empresa deixou seus funcionários por praticamente 5 anos sem plano de previdência. Assim decidiu pagar as contribuições para os empregados não terem prejuízos quando se aposentarem. Entretanto no plano Petros 2, ao contrário do BD, para cálculo da suplementação é utilizado como base de cálculo a reserva de poupança acumulada individualmente por cada trabalhador.

A Petros feriu princípios constitucionais como o de isonomia. Ao fazer constar em seu regulamento que o Serviço Passado seria pago somente para os funcionários admitidos após agosto de 2002. Desta forma o Departamento Jurídico do Sindipetro-LP está ajuizando ações para resguardar o direito à contribuição de Serviço Passado. Para os petroleiros admitidos antes de agosto de 2002 e que estão vinculados ao Plano Petros 2, a orientação é comparecer no Departamento Jurídico munido de carteira de trabalho, inscrição junto ao plano Petros 2 e do primeiro holerite que consta os descontos do plano.

Responsabilidade Civil

Todo o trabalhador que sofrer acidente de trabalho ou adquirir doença profissional tem direito a pleitear o recebimento de indenização por danos morais e materiais, além de pensão mensal proporcional à restrição sofrida. Documentos: currículo, FRE, CIC, RG, CTPS e todos os atestados médicos.

Equiparação Salarial

Inclusive considerando o novo PCAC. Documentos: currículo, FRE, CIC, RG, CTPS, comprovante de residência atual, holerites dos últimos 5 anos (um por ano), currículo do paradigma e algum outro documento que comprove o pleito.

Aumento por mérito - O Departamento Jurídico já conta com ações procedentes e os interessados devem apresentar FRE, holerites dos últimos 5 anos, CIC, RG e CPTS.

Recálculo dos aumentos de nível

Concedidos sobre a rubrica de enquadramento no novo PCAC dos preteridos em aumentos por mérito a partir de 1995, vez que o correto seria utilizar a tabela vigente em 2006 para o enquadramento e não a do novo PCAC. CTPS, CPF, RG e FRE atualizado devem ser inseridos no processo.

Feriados Trabalhados

O Acordo Coletivo que negociou

feriados teve encerrada sua vigência em 2002, no entanto, a Petrobrás continuou a não remunerá-los, sendo devido seu pagamento em dobro, a partir de 2002. Trazer ao Departamento Jurídico currículo, FRE, CIC, RG, CTPS, todos os holerites dos últimos 5 anos e a relação de todos os feriados trabalhados.

Adicional de Periculosidade

Adicional de periculosidade incidente sobre ATS - mesmo que não exista súmula de Tribunal Superior do Trabalho (TST) negando expressamente tal benefício aos petroleiros, possui entendimento anterior a Constituição Federal de tal forma que as primeiras decisões no sentido de que o adicional de periculosidade deva ser calculado com base também no adicional por tempo de serviço, começam a ser proferidas. Considerando que a natureza jurídica do adicional de periculosidade é salarial, entendemos que deva integrar a base de cálculo do referido adicional, procedimento não adotado pela Petrobrás.

Esse tipo de ação está disponível à todos os trabalhadores que recebam adicional de periculosidade. Os documentos necessários são currículo, FRE, holerites dos últimos 5 anos, CPF e RG.

Periculosidade

O Adicional de periculosidade era pago para todos os petroleiros, mesmo para aqueles que trabalhavam não expostos a agentes perigosos, o Ministério Público do Trabalho considerou irregular tal situação, de tal forma que a Petrobrás no intuito de manter o valor do benefício ao pessoal administrativo contemplou estes empregados com uma vantagem pessoal denominada "VP", ou seja, alterou a nomenclatura do benefício de "adicional de periculosidade" para "VP" somente para o pessoal administrativo.

De tal forma que a partir de 1997 o pessoal da operação recebia adicional de periculosidade, e o pessoal administrativo recebia mesmo valor, contudo com nomenclatura de "VP", ocorre que dentre os critério para recebimento da "VP" fora inserido que aos que trabalhassem em área de risco não fariam jus ao benefício. Por entender que este critério é discriminatório estamos ajuizando ações a fim de que o pessoal da operação recebam além do adicional de periculosidade, também recebam a "VP". O Departamento Jurídico do Sindipetro-LP, além de instrumentalizar judicialmente a luta da categoria nos acordos coletivos, está entrando com ações para que haja uma distinção justa dos benefícios para cada petroleiro.

Ações para trabalhadores da ativa e aposentados

Restituição de IR para quem repactuou

Petroleiros e petroleiras tiveram descontados na fonte o Imposto de Renda sobre os valores pagos pela repactuação. Acreditando que o pagamento de Imposto de Renda é indevido o Departamento Jurídico promoveu cerca de 240 ações neste sentido. Aproximadamente 100 destas ações foram julgadas procedentes em 1º grau. A 2ª turma recursal do Tribunal Regional Federal, analisando a matéria no mês de setembro, decidiu que de fato não é devido o recolhimento de Imposto de Renda para os que repactuaram. Foi determinada a restituição dos valores descontados, devidamente atualizados. O que pode garantir

um ganho mínimo de aproximados R\$ 3.500,00. Para restituir os valores recolhidos pelo Leão a orientação é comparecer no Departamento Jurídico munido do holerite que demonstra o pagamento da repactuação e o respectivo desconto de imposto de renda, RG, CPF e comprovante de residência atual.

Correção do FGTS

O Departamento Jurídico do Sindipetro-LP continua recebendo os documentos necessários dos trabalhadores e aposentados que queiram aderir ao acordo para correção dos créditos do FGTS referentes aos Planos Collor e Verão.

Para os associados que ainda não deram entrada no pedido é necessário apresentar no Sindicato a 1ª e 2ª folhas da FRE, no caso dos ativos. Aposentados devem levar a CTPS, o CPF e o PIS/Pasep. Os depósitos são realizados sempre no último dia útil do mês subsequente ao mês de adesão.

QUEM TEM DIREITO - Tem direito às correções todos os trabalhadores que tinham carteira assinada em janeiro de 1989 e abril de 1990. A Lei Complementar 110/2001 autorizou a Caixa a realizar créditos nas contas vinculadas do FGTS, referentes ao complemento de atualização monetária com a aplicação dos percentuais de 42,72% do Plano Verão (janeiro de 1989) e 44,80% do Plano Collor I (abril de 1990). Os índices foram estipulados por sentença do STJ, após decisão do STF.

Para os associados que não constam da relação e que já receberam apenas um plano por meio de processo judicial, informamos que o prazo é mais extenso, uma vez que a Caixa tem que levantar todos os créditos recebidos anteriormente, por meio de processo judicial. Isso acontece porque o sistema busca as informações pelo número do PIS e nos casos de processo o procedimento é feito manualmente.

Anistia I

Para aqueles que fizeram requerimento e a Comissão de Anistia estendeu não preencher requisitos para o benefício com reflexos em aumentos por mérito, faltas, férias, aposentadoria etc. Trazer os seguintes documentos ao Sindicato: currículo, FRE, requerimento, CIC, RG e CTPS.

Ações para aposentados

Isenção/restituição de IR.

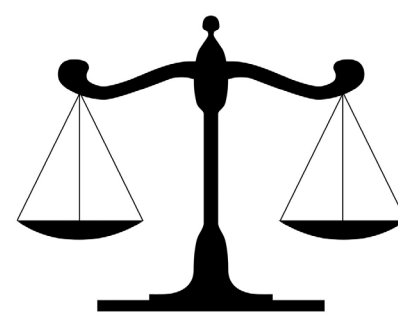
Muitos trabalhadores estão recebendo ou receberam valores acumulados do INSS ou da PETROS através de revisões judiciais ou administrativas. A quantia a receber foi tributada de forma exorbitante e injusta para quem recebeu de uma só vez os valores de direito, normalmente pela maior alíquota. Como exemplo de antigos que não recebiam suplementação da PETROS e tiveram este direito garantido através de processo judicial, em processos que duraram até duas décadas. É legítimo o direito de discutir no judiciário a base de cálculo para o recolhimento de Imposto de Renda. Em alguns casos é possível reduzir o imposto a pagar ou restituir o imposto eventualmente pago em até 75%. Desta forma, as pessoas que se encontram nestas condições deverão procurar o departamento jurídico para mais esclarecimentos.

Enquadramento na tabela salarial do PCAC

Aos aposentados e pensionistas que foram mantidos em tabela congelada, procedimento não aprovado em assembleia. Comparecem no Sindipetro-LP com CIC, RG, CTPS, comprovante de residência atual, holerite atual.

Enquadramento na tabela salarial do RMNR + abono

Aos aposentados e pensionistas que foram mantidos em tabela congelada, procedimento não aprovado em assembleia. Comparecem no Sindipe-



tro-LP com CIC, RG, CTPS, comprovante de residência atual, holerite atual.

Anistia II

Para aqueles que a Comissão de Anistia concedeu o benefício e, no entanto, a Petrobrás não pagou ou pagou menos do que os prejuízos sofridos. São necessários o currículo, FRE, requerimento, CIC, RG, CTPS e holerite referente ao pagamento da anistia.

Níveis para os aposentados e pensionistas

Concessão de níveis salariais aos aposentados nos anos de 2005 e 2006, já que foram concedidos a título de ganho salarial para toda a categoria. Aos interessados comparecem no Departamento Jurídico do Sindicato com o CIC, RG, CTPS, comprovante de residência atual, holerite de agosto e dezembro de 2004, 2005 e 2006. No caso de pensionista, certidão de óbito.

Ação para trabalhadores aposentados por invalidez

Responsabilidade Civil

Todo o trabalhador que sofrer acidente de trabalho ou adquirir doença profissional tem direito a pleitear o recebimento de indenização por danos morais e materiais, além de pensão mensal proporcional à restrição sofrida. Documentos: currículo, FRE, CIC, RG, CTPS e todos os atestados médicos.

Conquistas do nosso Departamento

Retenseal - Os 1º grupo de trabalhadores que entraram com ações contra a terceirizada já receberam a indenização das verbas rescisórias no mês de dezembro do ano passado.

Econtep - A terceirizada não rescindiu contratato das gestantes e as tranferiu para Salvador, mas o Departamento Jurídico conseguiu uma liminar declarando nulidade de transferência. Além disso, conseguiu a rescisão do contrato, indenização de estabilidade da gestante e o pagamento das verbas rescisórias.

Abono 2008 - já temos ações procedentes

VP/DL 1971 e revisão de 90% a 100% (cálculo de aposentadorias)- Já temos ações prodentes e os interessados devem comparecer ao Sindicato com os últimos 12 holerites anteriores a aposentadoria, cálculos do benefício pago pela Petros (opcional), holerites dos últimos cinco anos, CPF, RG, CPTS e comprovante de residência atualizado.

Confira os horários de atendimento do Departamento Jurídico

Santos: 08h às 12h - 14h às 19h
Trabalhista: 2ª feira, das 14 às 19h - Dr. José Henrique Coelho
Cível: 5ª feira, das 14 às 19h - Dr. Paulo César Coelho
Previdenciário: 4ª feiras, das 14 às 19h - Dr. Marcus Antonio Coelho

São Sebastião:

Atendimento Geral (causas previdenciárias, cíveis e trabalhistas): 4ª feira, da 10 às 12h e da 14 às 17h - Dr. Juliano de Moraes Quito.

Comissão da AMS

No dia 14 de janeiro, os seis sindicatos da Frente Nacional dos Petroleiros se reuniram com a Petrobrás no EDICIN, no Rio de Janeiro, com diversas Associações de Aposentados e Pensionistas Petroleiros do país e a FENASPE para discutir os rumos da AMS.

Conforme a cláusula 46 do Acordo Coletivo de Trabalho 2009, será criada uma Comissão "com o objetivo de discutir questões relativas ao programa da AMS e de propor sugestões para o seu aperfeiçoamento". A Comissão foi discutida na reunião, após uma apresentação da companhia sobre os custos, funcionamento e o programa da AMS.

Foi decidido o prazo de 60 dias para a formação da Comissão Paritária da AMS, que será composta por três representantes da FNP, três da fup e seis indicações da Petrobrás. Na reunião, os participantes reivindicaram o aumento no número de membros da Comissão para a inclusão de cargos para a FENASPE.

Aumento aos médicos

A Petrobrás anunciou, no dia 11 de janeiro, que já está em vigor o aumento de R\$42 para R\$80 o valor do repasse aos médicos cadastrados na AMS. Comemoramos mais

Se a Petrobras não faz, o Sindicato orienta e tenta ajudar

Nas negociações para o ACT 2009-2011, fizemos um grande esforço para colocar os pais dos petroleiros na AMS, mas a união de forças entre fup e empresa nos impediu e conseguimos apenas a desmoralização da categoria. Praticamente não tivemos avanços significativos para a saúde do trabalhador, portanto o Sindipetro-LP firmou um contrato com a UNIMED visando a inclusão dos pais. Primeiramente, trata-se de um plano paliativo onde o associado se cadastra na sede do Sindicato e passa a ter acesso à rede credenciada da UNIMED. Assim, o associado tem descontos nas consultas e nos exames laboratoriais, cujas as tabelas de preços podem ser verificadas junto a secretaria de saúde do Sindicato.

Como Funciona o Plano?

É um plano paliativo, ao qual o associado pode se cadastrar na sede do Sindipetro-LP. Após marcar a consulta ou o exame laboratorial deve vir à sede para pagar apenas o valor que está contido na tabela da UNIMED, não o valor total da consulta ou exame. Com o comprovante recebido no Sindipetro-LP, o associado poderá realizar o atendimento.

Quem pode participar do plano?

uma vitória conquistada pela categoria mas ainda há muito o que fazer. Durante a reunião do dia 14, a Petrobrás esclareceu que o aumento foi apenas para os médicos, não atingindo os dentistas e psicólogos. O Sindipetro-LP já entrou em contato com o Sindicato dos Dentistas para averiguar e garantir que não haverá mudança no tratamento dos dentistas ao petroleiro. Não aceitamos essa discriminação. Os petroleiros não podem sofrer com o atendimento desses profissionais que não foram beneficiados.



Petroleiros associados do Sindipetro-LP (ativa, aposentados e pensionistas), pais e filhos.

Documentação Necessária

Ficha de cadastro fornecida na sede do Sindicato, uma (1) cópia da carteira de trabalho, apenas para quem está na ativa, e duas cópias do CPF.

Preço

Nos moldes atuais, os associados não pagam para o cadastro na UNIMED, apenas quando for utilizar o plano.

Recadastramento da UNIMED

Devido a uma nova legislação da agência que regula os planos de saúde, a UNIMED retirou o cadastro daqueles que não tinham todos os dados completos. Todos os petroleiros interessados em continuar com o plano da UNIMED devem vir ao Sindicato para o recadastramento com os seguintes documentos: uma (1) cópia da carteira de trabalho pra quem está na ativa, duas (2) cópias do CPF (titular e dependentes) e a ficha de cadastro a ser fornecida no Sindicato.

O recadastramento é gratuito!

Dúvidas tratar com o Diretor de Saúde – Edgar Palhari que estará na área ou no tel: 9601 9472



Programa Funeral auxilia participantes da Petros em momento difícil

Na difícil hora da morte, os aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa participantes da Petros contam com os serviços adicionais de adiantamento de pecúlio e empréstimo funeral.

No primeiro, o responsável pelo sepultamento procura uma das funerárias conveniadas com a Petros, assina o formulário (Autorização para Execução de Funeral), apresenta cópia do último contracheque do participante e a certidão de óbito. Posteriormente, o valor das despesas com funeral, no valor máximo de R\$ 2.054,04, é abatido do Pecúlio por Morte pago aos beneficiários do participante falecido.

No segundo serviço, o participante

poderá utilizar o programa de funeral da Petros no caso de falecimento de cônjuge ou companheira (o), pai e mãe, filhos de qualquer idade e condição, e outros, desde que cadastrado na Petros como dependente do participante. Neste caso, somente o próprio participante poderá assinar o formulário AEF. Os documentos a serem apresentados são os mesmos, além do comprovante de dependência do falecido como participante.

Vale ressaltar, que a Petros não assume as despesas com o sepultamento de participante ou de seu dependente, apenas adianta o pagamento à funerária e o valor será pago pelo participante da Petros posteriormente.

Saúde – Um direito de todos e um dever do Estado

Essa frase que está registrada em nossa carta magna é fruto de muitas batalhas; foram muitos anos de luta para que essa frase estivesse escrita a sangue no corpo de nossa constituição. Essa conquista certamente significou um avanço, o problema é que o que está no papel inúmeras vezes não é colocado em prática, e na saúde não é muito diferente.

Nós temos garantido o direito da Universalidade, Integralidade, no entanto vemos as filas de hospitais lotadas, vemos as epidemias aparecerem como assombração e assim devastam o país que se mostra despreparado, pois não temos recursos suficientes para arcar nem mesmo com que é de rotina, quanto mais em situações que são inesperadas. No Brasil vemos o descaso com os profissionais de saúde, que não recebem treinamentos, que tem o seu salário extremamente archoado e muitos desses profissionais por terem o salário muito abaixo do ideal, tem que trabalhar em dois ou mais empregos prejudicando assim também o atendimento.

Quando falamos em Saúde lembramos da proteção, prevenção e recuperação, premissas que conseguiriam ser cumpridas caso tivéssemos recursos suficientes destinados a elas e não jogos de interesses, como vemos nas políticas aplicadas à recuperação onde temos poucas indústrias farmacêuticas estatais, onde o acesso ao medicamento é dificultado, onde programas deixam de incentivar a parte pública e dão dinheiro a iniciativa privada. Quando aproximamos um pouco mais a lupa chegamos até a maior empresa deste país- PETROBRÁS; essa grande empresa segue os passos do caos da saúde pública onde os trabalhadores são tratados como números, e assim quanto menos gastos para empresa, melhor.

A AMS foi fruto de uma conquista coletiva, onde os trabalhadores lutaram juntos para que esse benefício nos amparasse perante o desgaste da Saúde pública, e a cada ano que passa sentimos mais a retirada de direitos do que ganhos, como aconteceu nesse Acordo Coletivo. Demos de graça para a empresa o direito de nossos novos colegas que entrarão na companhia e na luta quando dissemos a empresa que os colegas novos terão 10 anos de carência para levar a AMS na aposentadoria, gerando dúvidas até mesmo para nós da ativa, pois e os petroleiros que irão trocar de cargos nos próximos concursos perderão também a AMS? O que a empresa quer dizer quando nos chama para as negociações e nos mostram inúmeros gráficos, dizendo que a AMS tem um custo muito alto, que os aposentados gastam demasiadamente, mesmo sabendo que a AMS representa apenas 0,2% do rendimento da empresa?

Concluindo, todos os nossos direitos foram frutos de lutas, batalhas, debates; NADA VEIO DE GRAÇA, e sim de esforços coletivos, mostrando que só conseguimos se estamos juntos, pois juntos temos a força de parar o país e dizer que algo tem que mudar. A fábrica deve ser um ninho de debates para que possamos conscientizar a todos sobre o problema. Temos que lutar imediatamente por uma AMS de qualidade e fazer o debate de para onde está caminhando a saúde pública e assim intervir para que nossos impostos e esforços sejam realmente revertido a benesses para a população.

Um bom debate a todos!

Edgar Palhari Lima – Diretor de Saúde- Sindipetro-LP

Dentistas reivindicam aumento da unidade de serviço (US) para AMS-Petrobrás

O Sindicato dos Odontologistas de Santos e Região, entidade que representa os Cirurgiões-Dentistas da Região Metropolitana da Baixada Santista, vem se empenhando junto a AMS-Petrobrás pelo reajuste da Unidade de Serviços (US) dos Procedimentos Odontológicos oferecidos pela empresa.

Desde 1995, portanto há 15 anos, não houve reajuste, provocando uma demonstração dos profissionais credenciados, que procuraram o SINDIODON pra representá-los na luta pela valorização profissional.

Em reunião com o Gerente Setorial da administração da Rede Credenciada AMS-Petrobrás, Sr. Luiz Fernando Garcia de Freitas, o SINDIODON representando também os sindicatos da região do ABC (SINDIODONTO), de São Paulo (SOESP) e do vale do Paraíba (SINDIVALE), apresentaram uma série de justificativas para a reavaliação no valor da US, comentando que até 2008, o índice de desvalorização já tinha atingido a cifra de 272,46%.

Como até o presente momento não houve nenhuma comunicação por parte da direção da empresa, o SINDIODON achou por bem procurar o SINDIPETRO, solicitando

do ajuda ao movimento que estaria interferindo também, na qualidade oferecida pelo convenio odontológico, aos usuários.

Desde o início da modificação do valor para os médicos e do não reajuste para os dentistas, o Sindipetro - LP imediatamente defendeu a equiparação do valor da consulta.

Sendo assim, o Sindipetro estará agendando uma nova reunião com o presidente do SINDIODON, Dr. Mario Augusto e uma comissão de C. Dentistas credenciados, para elaborarem um plano a ser apresentado à diretoria da AMS-Petrobrás do Rio de Janeiro.



Pensionistas são convidadas para reunião com a nossa Assistente Social

A Assistente Social do Sindipetro-LP, Marli Dias, convida as pensionistas associadas para uma conversa sobre possíveis atividades de saúde, lazer e qualidade de vida. **Pensionista, no dia 11 de fevereiro às 15 horas, venha ao Sindicato e ajude a construir uma agenda informativa e divertida.**

Programa Jovem Universitário precisa ser melhorado e ampliado

No dia 21 de janeiro o RH da Petrobrás apresentou aos Sindicatos da FNP a lista de cursos contemplados pelo programa. O benefício, válido para filhos e enteados dos petroleiros da ativa, foi conquistado no Acordo Coletivo de Trabalho 2009-2011. Apesar do pequeno avanço, o Programa Jovem Universitário não é válido para os próprios petroleiros, aposentados, pensionistas e respectivos filhos. O Programa funcionará pelo

sistema de reembolso, tal como o praticado para ensino médio e fundamental (o procedimento burocrático será o mesmo). Esclarecemos, também, que o incentivo é retroativo a primeiro (01) de janeiro e será baseado nos limites de valores de cobertura da tabela existente na companhia. Reafirmamos que o reembolso de 30% e os valores nas tabelas é pouco! Veja quadro abaixo a lista de cursos contemplados:

Engenharia Agrícola
Engenharia Agrônômica
Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia Elétrica
Engenharia de Computação
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Materiais
Engenharia de Petróleo
Engenharia de Produção

Engenharia de Segurança no Trabalho
Engenharia Eletrônica
Engenharia Mecânica
Engenharia Metalúrgica
Engenharia Naval
Engenharia Química
Geofísica
Geologia
Oceanografia
Química Industrial

Cursos só contemplam atividade fim

Durante a reunião, os dirigentes da FNP cobraram a inclusão de outros cursos no benefício, como Direito, Biologia Marinha, Engenharia Ambiental, Contabilidade, ou seja, todos os cursos correspondentes aos cargos existentes no Sistema Petrobrás. Segundo a resposta da companhia, somente cursos diretamente relacionados à indústria de óleo, gás, energia e biocombustíveis fazem parte do programa.

Seguindo a filosofia do trabalho terceirizado, os cursos relacionados no programa estão diretamente ligados à produção e a atividade fim. Formações universitárias correspondentes aos cargos considerados como atividade meio (Direito, Administração, Contabilidade, Comercio Exterior) não fazem parte da lista. Não se trata de

mera coincidência, pois a tônica nos últimos anos tem sido a terceirização. Para reduzir gastos, a Petrobrás tem aumentado absurdamente os postos terceirizados, ligando-os ao setor de serviços. Sabemos que as atividades meio tem sido cada vez mais secundarizadas pela companhia. Se projetarmos a longo prazo os cursos oferecidos no benefício Jovem Universitário e relacionarmos a atual situação da companhia, veremos que está sendo preparada a formação de uma família petroleira na atividade fim. O Sindicato sempre defendeu a primeirização de todos os postos de trabalho, por isso é fundamental que também haja outros cursos no Programa Jovem Universitário voltados à atividades meio.

CONVÊNIO UNIVERSITÁRIO

Com o objetivo de proporcionar aos petroleiros uma opção mais justa do que a oferecida pela Petrobrás, por meio do programa Jovem Universitário, o Sindipetro-LP está conquistando uma série de benefícios com as instituições de ensino superior da Região. Algumas faculdades chegam a oferecer descontos superiores a 40%. Os cursos de Pedagogia, Matemática e Odontologia, da Universidade Santa Cecília (UniSanta), são alguns exemplos.

Outras instituições que firmaram convênio com o Sindicato são a Fundação Lusíada, Colégio e Faculdade Integração, UNIMONTE, UniSantos, Objetivo, Liceu Santista, dentre outros. Além disso, o Sindipetro-LP também articula convênios com as universidades de São Paulo. Espera-se, com isso, oferecer aos trabalhado-



res opções de estudo nas mais diversas áreas de atuação. O associado que tiver interesse, é preciso que solicite uma declaração escolar ao Sindicato, para estar apresentando na escola, e obtendo desconto.

Nos Terminais Transpetro empreiteiras fazem o que querem

Na Alemoa, terceirizado é demitido após acidente de trabalho

A empresa ACF, através de seu preposto, demitiu no dia 19 de janeiro um empregado que acabara de sofrer um acidente de trabalho. O empregado havia se machucado durante o horário de almoço e foi atendido no ambulatório do Terminal. O preposto, numa atitude arbitrária e contrariando a legislação trabalhista, alegou ao funcionário que ele não deveria ter procurado o ambulatório e encaminhado a situação como acidente de trabalho. Para a CIPA e funcionários da empresa, para a fiscalização do contrato e para nos do Sindicato, ficou evidente que o trabalhador foi demitido em função do ocorrido. Ou seja, foi punido por ter gerado uma CAT e prejudicado os índices da empreiteira. Evidentemente que a responsabilidade deste tipo de prática absurda é da empresa ACF, do preposto e da própria Transpetro, a qual aceita empreiteiras deitarem e rolaem no Terminal. Para este tipo de situação,

além de um protesto e da tentativa de reversão da demissão, cabe uma denúncia no Ministério do Trabalho.

Funcionários terceirizados almoçam fora de Pilões e Alemoa

Todos sabemos que faz parte do bom procedimento do Sistema Petrobrás fornecer alimentação para terceirizados dentro das áreas industriais. No entanto, não é o que vem ocorrendo nas empresas Limpide (Pilões), ACF e Mills (ambas da Alemoa). No próprio contrato da ACF com a Transpetro, consta que a alimentação deve ser fornecida da área do Terminal. Além de romper cláusulas contratuais, permitir que as empresas forcem seus funcionários a almoçarem fora do Terminal vai contra normas de segurança e saúde. Os terceiros não tem a garantia se a alimentação nos "botecos" são nutricionalmente corretas e correm o risco de algum acidente durante o horário de almoço. Mais uma vez, responsabilizamos a Transpetro por esta displicência.

Sindicato devolve Contribuição Sindical de 2009



Seguindo a tradição do Sindipetro-LP, a devolução da Contribuição Sindical de 2009 já foi realizada no dia 26 de agosto, através do Banco do Brasil, e no dia 4 de novembro, por meio do Banco Real.

No entanto, identificamos que alguns petroleiros não receberam o reembolso. Aos petroleiros associados que ainda não foram reembolsados pedimos que entrem em contato com a Tesouraria da nossa sede em Santos, para obter a devolução do valor.

O que é Contribuição Sindical?

Anualmente, todo trabalhador brasileiro tem descontado na folha de pagamento a Contribuição Sindical – desconto equivalente a um dia de trabalho, efetuado em março.

O desconto efetuado pelo Estado, também conhecido como Imposto Sindical, recai sobre todos profissionais, sejam associados ou não ao sindicato de determinada categoria.

Criada em 1939 pelo presidente Getúlio Vargas, a Contribuição Sindical é sustentada pelos artigos 578 a 591 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), da legislação federal. Tanto o recolhimento como sua distribuição são feitas pelo Ministério do Trabalho.

Imposto penaliza associados

A imposição deste imposto aos trabalhadores associados representa um erro grave, pois penaliza com mais um tributo os petroleiros que já contribuem

de forma significativa para a continuidade e o fortalecimento do movimento sindical.

Como forma de reparar ou pelo menos atenuar este dano, o Sindipetro-LP promove o reembolso integral da contribuição aos associados. Ou seja: os 60% do valor arrecadado pela União que, por lei, devem ser repassados ao Sindicato, estão sendo devolvidos aos petroleiros sindicalizados.

Outros 20% são encaminhados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 15% para a Federação e 5% para a Confederação.

Essa divisão, embora pareça justa, é uma das maiores falhas contidas na Contribuição Sindical, articulada por Getúlio Vargas para vincular os sindicatos ao Estado.

Não há provas concretas, por exemplo, de que o recurso destinado aos programas de geração de emprego e capacitação profissional está sendo aplicado corretamente.

O outro problema é ainda mais crítico: está bem claro que a FUP, entidade beneficiada com 15% dos recursos, não usa este subsídio para promover ações em defesa dos direitos dos petroleiros. Todos sabem do papel conchavista desta federação com a empresa. Trilhando um caminho contrário à nossa história de lutas (a repactuação já nos deu mostras disso), ela continuará ligada aos interesses da Petrobrás e deixará de lado as principais reivindicações e necessidades da categoria.

CAMPEONATO DE FUTEBOL SOCIETY VOLTA A CAMPO

O Sindipetro-LP reiniciará o Campeonato no novo campo society do Clube Atlético Santista, localizado na Avenida Washington Luis, 105, no bairro Boqueirão. A obra está em fase final. No dia 28 de janeiro o Sindicato visitou o campo, o qual já está pronto, faltando apenas acabamentos nos vestiários. O campo é coberto e, atualmente, é a melhor quadra society de Santos. Haverá espaço reservado para churrasco e confraternizações. Segundo informações da administração do clube, a inauguração está prevista para daqui 1 mês.

Primeiro na lista de espera para utilizar o espaço aos sábados pela manhã, o Sindipetro-LP irá alugar a quadra entre 9 às 11 horas. Tal como era no ano passado. Apesar da pré-reserva, ainda será feita uma reunião com os interessados para fechar os detalhes do aluguel.

Torneio interrompido em 2009

Todos acompanharam a suspensão do campeonato do Sindicato de 2009 em função do fechamento da academia Fit. Segundo o diretor de Esportes do

Sindipetro-LP, Thomaz Queiroz Bento, em fevereiro será agendada uma reunião com as equipes para definir o reinício do torneio. O objetivo é reiniciar o campeonato de onde ele parou, mas isto dependerá de uma reunião com os representantes dos 9 times. No novo site do Sindicato, iremos postar a tabela, os jogos faltantes etc.

Estamos todos na expectativa!!!



A COP-15 e seus desdobramentos

O que foi a COP-15?

Foi a 15ª Conferência das Partes, realizada entre 7 e 18 de dezembro de 2009 em Copenhague, Dinamarca, para discussão da situação climática do mundo. Foram duas semanas de discussão para decidir que rumos devem ser tomados para impedir o aumento na temperatura da Terra.

Por quê?

Em 2007 foi publicado o 4º Relatório do IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão que reúne os mais renomados cientistas especializados em clima no mundo – afirmando que a temperatura da Terra não pode aumentar mais do que 2º C, em relação à era pré-industrial, até o final deste século, ou as alterações climáticas sairão completamente do controle.

Para isso, é necessário reduzir a emissão de gases de efeito estufa, responsáveis por reter calor na superfície terrestre. O ideal é que a quantidade de carbono na atmosfera não ultrapasse os 350ppm, mas já estamos em 387ppm, número que cresce 2ppm por ano.

O que nós, petroleiros, temos a ver com isso?

Fazemos parte de uma categoria de luta, sempre brigamos por direitos e justiça, pela soberania do país há anos com a campanha “O petróleo é nosso!” e, mais uma vez, devemos lutar. Desta vez, porém, não é só pelo país e o povo e sim por toda a humanidade.

A Petrobrás não é apenas uma petrolífera, é também uma empresa de energia, que já apresenta metas para diversificar os recursos de energia com os quais pode trabalhar. Isso por que, para diminuir a emissão dos gases de efeito estufa, indicado pelo IPCC, é necessária a utilização de outros combustíveis que não os derivados do petróleo, o gás natural e o carvão mineral, os chamados recursos não renováveis. As opções são os renováveis. As energias solar, eólica, das ondas do mar, recursos biológicos e hídricos já são usadas há muito em todo o mundo, porém devem ser inseridas no dia a dia da sociedade, que está exigindo cada vez mais para sustentar tantos utensílios de conforto, lazer e necessidades em geral.

E o que aconteceu em Copenhague?

Durante todo o congresso o processo foi conturbado. Prova disso foi a troca, por três vezes, da presidência da COP-15. Inicialmente a ministra dinamarquesa da

Energia e do Meio Ambiente Connie Hedegaard, substituída pelo primeiro-ministro Lars Løkke Rasmussen, por sua vez seguido de Philip Weech.

Líderes de mais de 120 países participaram das discussões que resultaram no que, nas palavras do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, foi “um dos dias mais tristes da minha vida”. O que era para ser um acordo que substituiria o Protocolo de Kyoto, único tratado que obriga 37 nações industrializadas a reduzir as emissões de CO2, acabou sendo apenas uma carta de intenções, ainda assim sem consenso.

O ‘acordo’ foi elaborado e selado entre o presidente americano Barack Obama e os presidentes da China, Índia, África do Sul e Luís Inácio Lula da Silva depois de uma reunião de mais de duas horas. Apresentado à todas as delegações presentes na Conferência, foi amplamente rejeitado. Diversos países se manifestaram contra o ‘acordo’, incluindo a Venezuela. “Não houve consenso. Esperamos que o não se procurem artimanhas para forçar o acordo futuro”, afirma a representante venezuelana.

Após intensos debates e discussões, foi decidido a não aprovação do texto mas apenas tomar nota dele, acrescentando uma lista dos países que o apoiaram e os contrários ao texto. Segundo o protocolo da Nações Unidas, só podem ser aceitas decisões por unanimidade, inviabilizando o acordo.

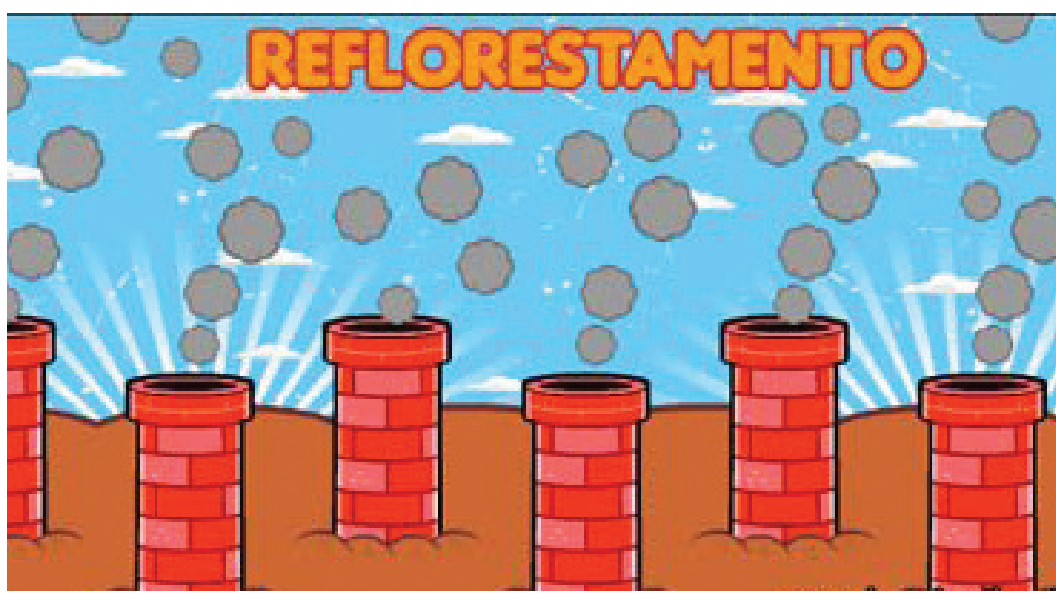
O que é a carta de intenções?

A carta de intenções resultante da COP-15 estabelece a criação de um fundo de financiamento que receberá a contribuição anual de US\$ 10 bilhões entre 2010 e 2012. O valor será enviado aos países mais vulneráveis para combate e estruturação para os efeitos das mudanças climáticas, e US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020.

O texto, no entanto, não diz nada a respeito das metas de emissões de gases que provocam o efeito estufa para cada país, objetivo principal da Conferência.

E agora?

A Petrobrás fará pesquisas e aprofundamentos sobre estas formas de energia nos próximos 20 anos, e devemos acompanhar essas atividades. Tudo que disser respeito à recursos energéticos, formas sustentáveis de qualquer ação econômica e social ou aquecimento global deve ser acompanhado pelos petroleiros e toda a população.



Sindipetro-LP participa da 10ª edição do Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial 10 Anos aconteceu entre os dias 25 e 31 de janeiro nas cidades de Porto Alegre e Salvador. O evento reuniu as mais variadas culturas, homens e mulheres de todas as idades e ideologias que caminharam pelas ruas e avenidas com sede de informação, conhecimento e, principalmente, debates. O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista acompanhou as atividades do Fórum de perto. Entre 25 e 29 de janeiro os diretores José Viana de Abreu, Vasco Dias, Edgar Palhari e Douglas Alberto, juntamente a Edson Blum, estiveram em Porto Alegre e entre 29 e 31 de janeiro, em Salvador, participaram das atividades os diretores Gervasio Fernandes e Sergio de Jesus (Buzu).

O objetivo da presença do Sindicato nesta atividade internacional foi difundir as bandeiras da campanha “Petróleo é Nosso” e por uma “Petrobras 100% estatal”. Por ter reunido movimentos sociais, organizações políticas e ativistas em busca de um mundo melhor e mais justo, o espaço foi bastante propício para este fim. Além disso, a FNP promoveu palestras sobre o tema durante o Fórum.

Tradicionalmente, o FSM é aberto com uma grande passeata pelas ruas e avenidas da cidade-sede (Porto Alegre).

Como não podia ser diferente, mais de 20 mil pessoas caminharam pelas avenidas Borges de Medeiros, Aureliano Pinto de Figueiredo e Beira Rio até a Usina do Gasômetro, local onde acontecem os principais debates do Fórum.

Os diversos partidos, centrais sindicais e movimento sociais coloriram a capital gaúcha com bandeiras, faixas e até balões gigantes, dando início à uma grande atividade internacional e intercultural.

Após a passeata tradicional de abertura, o seminário “Dez anos depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível” abriu o Fórum. Na análise sobre os 10 anos de FSM e suas perspectivas foi consenso que as conclusões e decisões do Fórum devem ter encaminhamentos práticos. É clara e definida a necessidade de construção concreta das deliberações tiradas nos debates e atividades do FSM. São diversos os temas abordados nas palestras, seminários, conferências e painéis: recursos energéticos alternativos; miséria; situação dos povos latino-americanos; socialismo; cultura; militarização da América Latina pelos EUA etc.

Veja no novo site uma série especial escrita pela imprensa do Sindicato contendo uma cobertura detalhada do Fórum Social Mundial.



Discussão sobre a Campanha Contra as Bases Militares Estrangeiras no encontro final do Fórum Social Mundial



Manifestantes fazem protesto contra os governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, no encerramento do Fórum Social Mundial

Responsabilidade Social

De olho em concurso da Petrobrás, mais de 100 alunos se inscrevem em curso

Com a presença de mais de 100 alunos, começou na última quarta-feira (27/01) o curso que tem como objetivo preparar associados, dependentes e terceirizados para o concurso da Petrobrás.

Realizadas na sede do Sindicato, em Santos, as aulas estão sendo ministradas por professores de matemática, física e química, de segunda

a sexta.

Aos sábados haverá aulas no período da manhã e os alunos ainda contam no período da tarde com um plantão de dúvidas para os problemas propostos. Além das disciplinas já previstas, o Sindicato ainda está buscando incluir aulas de português. O curso segue até 27 de março.

